

46

14.943<sup>38</sup>

## PROCLAMAÇÃO AOS PORTUGUEZES.

Povo Portuguez! A Junta Provisoria do Governo Supremo agora mais que nunca tem necessidade de fallar-vos com a sinceridade e franqueza que cumpre a homens honrados e a bons Portuguezes.

Ella não precisa de justificar perante vós os motivos das suas resoluções, e dos assiduos trabalhos que tem emprehendido com o mais sublime enthusiasmo e constancia, pela vossa causa, e pela salvação da nossa amada Patria: a pureza de suas intenções, a regularidade de seus procedimentos, a firmeza invencivel em sustentar e cumprir suas promessas, e o incessante desvelo com que se tem empregado em levar ao fim o grande edificio da Organização Pública, devem ser-vos conhecidos pelos Papeis, pelos Factos, e pelo Testemunho dos numerosos Povos que mais de perto observão suas operações.

Os Governadores de Lisboa, que, no dia 26 d'Agosto, foram informados do acontecido nas Provincias do Norte, e do ardente enthusiasmo que rapidamente se hia propagando, ficarão ainda por mais três dias indifferentes observadores da opinião pública, e dos efeitos de nossos clamores: e só quando poderão saber que os dois Generaes de *Traz os Montes* e *Beira* se haviam ligado entre si para reprimir o espirito nacional, tão altamente pronunciado, para agrilhoar mais os Povos, e para os conservar na extrema abjecção e miséria a que tinham chegado, he que levantarão a voz da sua até então adormecida fidelidade, e se lembrarão de proclamar que hum milhão de Portuguezes que desejavão ser felizes erão *rebeldes* ao seu Rei: Que huma Junta que apoiava e promovia tão incontestavel Direito era intrusa: Que os seus uteis e gloriosos trabalhos erão hum transtorno da Ordem Pública: Que as Córtes somente podião ser convocadas por EL-REI: E que toda a Nação devia esperar em silencio providencias tantas vezes requeridas e promettidas, e outras tantas vezes denegadas aos nossos votos e aos nossos brados.

Não podemos suppôr que os Governadores de Lisboa intentassem com tão absurdos principios e capciosas frases desunir os Portuguezes, arma-los huns contra os outros, e accumular aos nossos males o mal extremo da guerra civil. Elles são homens e em peitos humanos não cabe tão negro e vil projecto. Mas, esta seria por certo a inevitavel consequencia de suas temerarias expressões, se nos animos Portuguezes não fallassem mais alto as vozes sagradas da Natureza, da Religião, do Patrioismo, e da nobre e bem regulada liberdade.

A Junta do Governo Supremo não se assustou com esta capeiosa medida dos Governadores de Lisboa, porque conhece os vossos corações, e está firme em seus principios. Ella não he rebelde ao seu Rei, porque o ama, e tem jurado firmar e manter a independencia e gloria do seu Throno, que os Governadores do Reino desustravão por sua administração inepta, e deixavão minar por odiosos partidos. Ella não he intrusa, porque foi estabelecida pelo voto unanime de hum Povo numeroso que quiz subtrahir-se á sua ultima e já quasi inevitavel ruina. Ella não transtorna a ordem pública, antes a quer restituir. Ella . . . mas que necessidade ha de expôr-vos o que vós sabeis ou tendes observado?

A Junta proseguirá firme em seu caminho, e vós já tendes visto os mais felizes efeitos de sua constancia heroica e inexpugnavel. As bravas Tropas de *Traz os Montes* e *Beira* tem desamparado successivamente os seus dois Generaes, e estão ao presente unidas, quasi sem excepção á santa causa da Patria que juramos defender. O General *Silveira* já prestou juramento de fidelidade a esta mesma causa. Os Povos das tres Provincias do Norte tem podido desenvolver sem obstaculo o nobre espirito que os anima, e vão marchar ao encontro de seus Irmãos que com enthusiasmo igualmente unanime os esperão.

Os Governadores de Lisboa não ignorão estes ultimos acontecimentos tão contrarios ás suas esperanças, quanto oppostos á conservação do seu poder e da sua administração. Buscão por tanto agora outro artificio mais insidioso, mas igualmente inutil, para alienar vossos animos, e para vos persuadir que nelles achareis os remedios, até agora em vão esperados, da pública desgraça.

Dizem que vão convocar as Córtes pelas *particulares instruções* que tem d'EL-REI nosso Senhor para os *casos urgentes*!

Notai bem, illustres Portuguezes! A 29 d'Agosto *ninguem tinha poder de convocar as Córtes senão ELREI*. Os Povos que as pedião erão rebeldes. Então ainda havia esperanças de desvairar as opiniões, de reprimir o espirito público, de semear a discordia. A 2 de Setembro já os Governadores de Lisboa tem *instruções particulares* para convocar as Córtes em *casos urgentes*. E que maior urgencia que a desgraça pública, ha tanto tempo geralmente sentida e lamentada? Que maior urgencia que os clamores geraes da Nação, tantas vezes e por tantos modos repetidos em particular e em público? Que maior urgencia que a funesta divisão dos *Por-*

tuquezes em tres partidos bem conhecidos, e nunca reprimidos dos Governadores de Lisboa! Que maior urgencia que o grito de huma Provincia inteira, que se levanta do abysmo, e que pede soccorro...? Mas esta Provincia então era rebelde, porque ainda havia esperanças de a reprimir, e assolar. Os clamores geraes erã vozes de insubordinação, e, como taes, castigados e suffocados. Os partidos erã entretenimentos de ociosos que o Governo olhava com indifferença. A desgraça da Patria não lhes tocava os corações, porque se não fazia sentir em seus elegantes, e soberbos Palacios.

Elles querem convocar as Côrtes! Mas de que maneira? Para que fim? Com que intenções? Será acaso para verem regulado pela Justiça, e por consequencia, diminuido o seu poder? Será para remediarem a malversação dos administradores das rendas públicas, e as derramarem em beneficio da Agricultura, da Industria, e do Commercio Nacional? Será para resuscitarem a nossa marinha de todo extincta? Será para estabelecerem Leis justas, que mantenhão em paz os Póvos, que lhes affiancem seus direitos, que reprimão os abusos, e os crimes, já quasi naturalizados entre nós, que restituão a ordem pública, e que assentem sobre bases firmes a geral felicidade?

Será para determinarem bem expressamente os direitos sagrados da Nação, e para traçarem os justos limites do Poder, e da Obediencia? Será em fim para nos darem huma **CONSTITUIÇÃO** estavel, qual a desejamos, que seja o baluarte inexpugnavel da Liberdade Pública, e o sólido fundamento de hum Throno justo?

Ah! Não vos enganeis, Portuguezes! Se estes fossem os intuitos dos Governadores de Lisboa, ha muito tempo que os terião executado; porque ha muito tempo que as nossas necessidades são extremas. Elles mesmos nos dizem que as instruções d'EL-RRRI a isso os authorisavão em *casos urgentes*. E não era urgente a miseria publica?...

Vai estabelecer-se (dizem elles) ou já está estabelecida huma Comissão de pessoas escolhidas para consultarem o methodo de convocar, e celebrar as Côrtes! Pessoas escolhidas por elles, e da sua confiança! Pessoas que estão debaixo da sua influencia! Pessoas que de certo hão de espaçar seus trabalhos até que a Nação se ponha em discordia; até que o ardor do entusiasmo público se apague; até que hum Exercito estrangeiro venha talvez subjugar-nos, e fazer mais pezados nossos ferros; até finalmente que por medidas de rigor, e severidade se possão illudir os votos Nacionaes, e a Nação volte a ser submergida em hum abysmo ainda mais profundo!

Não, illustres Portuguezes! Não, valerosas Tropas Nacionaes! Não vos deixeis enganar! Já sabeis o que deveis esperar das pomposas promessas dos Governadores de Lisboa.

Quem até agora foi indifferente a vossos males continuará a sê-lo daqui em diante. Quem até agora frustrou suas promessas, e nossas esperanças não muda de systema em tres dias. O tyrannico despotismo que chega a reprimir ou enfraquecer os primeiros esforços da liberdade, torna-se sempre mais pezado, e mais audacioso.

Firmeza, e constancia são as virtudes que a Patria de vós demanda nesta occasião. Firmeza, e constancia são as virtudes que hão de levar ao fim os nossos projectos, e de que a Jnnta do Governo Supremo ha de dar-vos o mais digno exemplo, até derramar a par de vós a ultima gota de seu sangue, e morrer com honra debaixo das ruinas da Liberdade Pública.

- Presidente - - Antonio da Silveira Pinto da Fonseca.
- Vice-Presidente Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira.
- Luiz Pedro de Andrada e Brederode.
- Pedro Leite Pereira de Mello.
- Franciseo de Souza Cirne de Madureira.
- Fr. Francisco de S. Luiz.
- Francisco José de Barros Lima.
- José Maria Xavier d'Araujo.
- João da Cunha Sotto-maior.
- José de Mello e Castro de Abreu.
- José Ferreira Borges.
- José da Silva Carvalho.
- Francisco Gomes da Silva. } Secretarios.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. Anno de 1820.

Com Licença da Comissão de Censura.